



## DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

### EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

---

Extrato de Publicação, referente a matéria  
matéria nº: 95853 de 18/03/2013  
Edição Eletrônica nº 19536



---

Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE  
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS  
OFICIAIS - 14284443000197

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Apresentamos para sua apreciação e análise, as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2012, bem como as demonstrações financeiras do período, acompanhadas de notas explicativas e do parecer da Auditoria Externa.

**1- VENDAS**

A Metisa obteve uma receita operacional bruta de R\$ 267.882,5 mil, com a comercialização de 50.002 toneladas de produtos. Analisando-se esse desempenho, comparativamente ao ano de 2011, registra-se uma queda de 0,8% na quantidade vendida e um acréscimo de 6,4% na receita operacional bruta, crescimento esse que foi consequência da desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano, com efeito direto sobre as exportações.

MERCADO	2012	2011	VARIAÇÃO
<b>VENDAS FÍSICAS - Em Toneladas</b>			
Nacional	34.205,6	34.474,1	-0,8%
Exportação	15.796,3	15.937,3	-0,9%
<b>Total</b>	<b>50.001,9</b>	<b>50.411,4</b>	<b>-0,8%</b>
<b>VENDAS - Em R\$ Mil</b>			
Nacional	204.021,3	198.176,8	2,9%
Exportação	63.861,2	53.568,6	19,2%
<b>Total</b>	<b>267.882,5</b>	<b>251.745,4</b>	<b>6,4%</b>

**2- RESULTADO**

No exercício de 2012, a METISA auferiu um lucro líquido de R\$22.288,2mil, correspondente a 9,9% da receita operacional líquida e que representou uma rentabilidade de 13,4% sobre o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011, correspondendo a um resultado de R\$2,29 por ação.

Esse resultado é 25,5% maior que R\$17.754,1mil obtidos em 2011. Essa melhora do resultado é decorrente dos esforços realizados para obtenção de um melhor mix de vendas direcionadas ao mercado externo, aliado, principalmente, ao impacto da desvalorização do Real nas margens deixadas pelas exportações.

**3- MERCADO DE CAPITAIS**

Durante o ano de 2012, o Ibovespa apresentou uma valorização de 7,4%, e nesse mesmo período as ações preferenciais da Metisa apresentaram uma variação de -22,0%. Foram negociadas na BOVESPA 275.025 ações preferenciais da Companhia.

**4- AQUISIÇÃO DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA PRÓPRIA COMPANHIA**

Conforme Reunião de Conselho de Administração, realizada em 17 de abril de 2012, foi aprovada a aquisição de ações preferenciais escriturais de sua própria emissão, sem redução do capital social, para cancelamento ou manutenção em te-

souraria e posterior alienação, sendo o prazo de até 365 dias, ou seja, até 17 de abril de 2013, a preço de mercado. Foram adquiridas nesse período o total de 16.600 ações, mantidas em tesouraria, ao preço médio de R\$19,64.

**5- BALANÇO SOCIAL**

Durante o ano de 2012 a Metisa desembolsou o montante de R\$ 45.169 mil a título de remuneração de seus funcionários, assistência médica e odontológica, alimentação, transportes e treinamento de pessoal, valor esse aproximadamente 13% superior ao despendido no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2012 o quadro de pessoal registrou um número de 1.081 funcionários. O programa de participação dos funcionários no lucro da Companhia levará a uma distribuição de R\$1.312 mil (um milhão, trezentos e doze mil reais)

**6- RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

A Companhia mantém um sistema de controle de água industrial em circuito fechado, que inclui um reservatório de água artificial de 30.000 m², cuja qualidade da água é controlada e onde vivem diversas espécies de peixe.

A preocupação com a preservação do meio-ambiente se reflete também no tratamento dado ao lixo e aos resíduos industriais. O programa adotado pela Empresa envolve a separação do lixo, de modo a permitir a sua reciclagem e a coleta seletiva de resíduos industriais. Além disso, a Metisa mantém cinco poços para coleta de água do lençol freático para verificação, feita trimestralmente, de sua eventual contaminação. Até o momento não houve necessidade de ações corretivas.

Atualmente a área da Metisa que margeia o Rio Benedito é coberta por um cinturão verde, formado por árvores nativas oriundas de um programa de recomposição e preservação das matas ciliares.

**7- VALOR ADICIONADO**

As operações da Metisa geraram um valor adicionado de R\$ 103.607,9 mil durante o ano de 2012, com a seguinte distribuição:

	R\$ mil	Participação sobre o Total
Pessoal	45.169,4	43,6%
Impostos, Contribuições e Taxas	23.339,4	22,5%
Variações Cambiais e Juros	12.810,9	12,4%
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	7.735,8	7,5%
Lucros Retidos	14.552,4	14,0%
<b>TOTAL</b>	<b>103.607,9</b>	<b>100,0 %</b>

**8- INVESTIMENTOS**

Durante o exercício de 2012 a Metisa investiu, com recursos próprios, o montante de R\$6.163 mil na aquisição de ativos e no desenvolvimento de novos processos, objetivando o lança-

mento de novos produtos, a redução de custos, aumento de produtividade e de sua capacidade de produção.

**9- JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Na Reunião de Conselho de Administração, realizada em 07 de Novembro de 2012, foi analisada, discutida e aprovada, pela unanimidade dos Conselheiros presentes, conforme o disposto no Artigo 25º do Estatuto Social da Companhia e ad referendum da Assembléia Geral, a distribuição e pagamento de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao exercício social de 2012, de acordo com as seguintes condições: **a) VALOR DO CRÉDITO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:** No montante de R\$7.735.864,73 (sete milhões, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos), correspondentes a R\$ 0,7500 por ação ordinária e a R\$ 0,8250 por ação preferencial; **b) DATA DO CRÉDITO:** Ocorreu na data de 18/12/2012, com base na posição acionária do dia 03/12/2012; **c) NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES:** As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 04/12/2012; **d) IMPUTAÇÃO DOS JUROS AOS DIVIDENDOS:** Os juros sobre o capital próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o Artigo 202 da Lei nº 6.404/76; **e) PAGAMENTO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:** Os juros sobre o Capital Próprio foram pagos aos Acionistas na data de 20 de dezembro de 2012, com base nos dados cadastrais existentes no Departamento de Atendimento aos Acionistas da instituição depositária Banco Itaú S.A., em 03/12/2012.

**10- AUDITORIA EXTERNA**

Em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº381, informamos que os auditores independentes da companhia, Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2012.

**11- PERSPECTIVAS**

A Administração estabeleceu com meta para o corrente exercício o desenvolvimento de programas no sentido de promover o crescimento das vendas físicas e de seu faturamento, tirando partido das boas perspectivas que se anunciam para o segmento agrícola.

De modo a aproveitar as oportunidades que se apresentam, a Companhia vem empreendendo medidas que visam a abertura de novas bases regionais para distribuição e venda de seus produtos no mercado interno. Junto a isso, a melhoria da relação cambial deverá permitir o aumento das exportações e proporcionar melhores margens de contribuição.

Timbó (SC), 13 de Março de 2013.

A Administração

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM REAIS**

**Pela Legislação Societária**

Ativo	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS		Obrigações tributárias	14	2.201.401	2.398.910	2.216.025	2.409.072
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011						
Caixa e equivalentes de caixa	3	73.873.513	95.093.147	74.285.593	95.342.077	Férias e encargos sociais	15	1.311.982	1.265.035	1.311.982	1.265.035
Títulos e valores mobiliários	4	8.495.143	9.037.042	8.495.143	9.037.042	Participação dos empregados	16	2.466.786	1.981.888	2.466.786	1.981.888
Contas a receber	5	44.962.340	38.735.593	44.968.483	38.738.581	Participação dos administradores	17	2.223.932	1.995.974	2.223.932	1.995.974
Estoques	6	37.984.248	47.844.830	37.984.248	47.844.830	Comissões e fretes sobre vendas	18	1.795.892	1.097.828	1.795.892	1.097.828
Tributos a recuperar	7	9.066.984	8.441.540	9.066.984	8.441.540	Outras contas a pagar		68.771.946	78.894.696	68.791.430	78.918.537
Outras contas a receber	8	2.807.802	3.464.622	2.787.106	3.468.761	<b>Total do passivo circulante</b>		192.778	27.681.156	192.778	27.681.156
Despesas antecipadas		131.720	140.449	131.720	140.449	Provisões para contingências	17	2.873.053	2.788.053	2.873.053	2.788.053
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>177.321.750</b>	<b>202.757.223</b>	<b>177.719.277</b>	<b>203.013.280</b>	Impostos diferidos	10	11.474.336	11.116.674	11.474.336	11.116.674
Outros créditos	9	1.736.532	1.190.547	1.736.532	1.190.547	<b>Total do passivo não circulante</b>		14.540.167	41.585.883	14.540.167	41.585.883
Impostos diferidos	10	1.728.005	1.527.348	1.728.005	1.527.348	<b>Total do passivo</b>		<b>83.312.113</b>	<b>120.480.579</b>	<b>83.331.597</b>	<b>120.504.420</b>
Investimentos	11	10.416.538	10.350.090	160.000	160.000	<b>Patrimônio líquido</b>	18				
Imobilizado	12	70.571.524	70.718.590	80.450.019	80.676.464	Capital social		100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>84.452.599</b>	<b>83.786.575</b>	<b>84.074.556</b>	<b>83.554.359</b>	Reservas de lucros		59.436.123	45.476.377	59.436.123	45.476.377
<b>Total do ativo</b>		<b>261.774.349</b>	<b>286.543.798</b>	<b>261.793.833</b>	<b>286.567.639</b>	(-) Ações em tesouraria		(438.878)	(112.779)	(438.878)	(112.779)
						Outros resultados abrangentes		19.464.991	20.699.621	19.464.991	20.699.621
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>178.462.236</b>	<b>166.063.219</b>	<b>178.462.236</b>	<b>166.063.219</b>
<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>261.774.349</b>	<b>286.543.798</b>	<b>261.793.833</b>	<b>286.567.639</b>
Fornecedores		4.818.457	5.369.991	4.819.546	5.370.771	Valor patrimonial por ação	18.a)	18,31554	17,01404	18,31554	17,01404
Empréstimos e financiamentos	13	49.003.595	58.847.125	49.003.595	58.847.125						
Salários e encargos sociais		2.806.039	3.608.454	2.806.039	3.611.265						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EM REAIS**

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>267.882.551</b>	<b>251.745.432</b>	<b>268.078.057</b>	<b>251.840.089</b>
Mercado interno		204.021.322	198.176.852	204.216.828	198.271.509
Mercado externo		63.861.229	53.568.580	63.861.229	53.568.580
Impostos sobre vendas		(43.406.876)	(41.856.002)	(43.448.374)	(41.884.094)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b>224.475.675</b>	<b>209.889.430</b>	<b>224.629.683</b>	<b>209.955.995</b>
<b>CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>		<b>(156.959.291)</b>	<b>(150.738.223)</b>	<b>(156.953.683)</b>	<b>(150.771.443)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>67.516.384</b>	<b>59.151.207</b>	<b>67.676.000</b>	<b>59.184.552</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Gerais e administrativas	15,16,e 20	(17.041.311)	(15.678.401)	(17.157.457)	(15.808.336)
Com vendas	19	(26.345.537)	(24.317.332)	(26.345.537)	(24.317.332)
Outras receitas/(despesas) operacionais		524.537	(137.880)	570.537	(119.380)
Resultado de equivalência patrimonial		87.144	(82.933)	-	-
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>24.741.217</b>	<b>18.934.661</b>	<b>24.743.543</b>	<b>18.939.504</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Despesas financeiras	21	(12.852.749)	(13.714.799)	(12.852.804)	(13.714.945)
Juros sobre o capital próprio	18	(7.735.865)	(6.704.931)	(7.735.865)	(6.704.931)
Receitas financeiras	21	18.096.535	18.709.717	18.120.425	18.731.827
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>22.249.138</b>	<b>17.224.648</b>	<b>22.275.299</b>	<b>17.251.455</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(7.925.078)	(7.378.951)	(7.951.239)	(7.405.758)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	228.292	1.203.431	228.292	1.203.431
<b>LUCRO ANTES DA REVERSÃO DE JUROS</b>		<b>14.552.352</b>	<b>11.049.128</b>	<b>14.552.352</b>	<b>11.049.128</b>
Reversão de juros sobre o capital próprio		7.735.865	6.704.931	7.735.865	6.704.931
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>22.288.217</b>	<b>17.754.059</b>	<b>22.288.217</b>	<b>17.754.059</b>
<b>Lucro líquido diluído por ação</b>	18.a)	2,28743	1,81900	2,28743	1,81900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EM REAIS**

	Nota	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício		22.288.217	17.754.059	22.288.217	17.754.059
Outros resultados abrangentes	12,b	1.234.630	2.610.684	1.234.630	2.610.684
Resultado abrangente do período		23.522.847	20.364.743	23.522.847	20.364.743
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	23.522.847	20.364.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS**

	Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Retenção de lucros	a Realizar				
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>100.000.000</b>	<b>6.592.550</b>	<b>19.398.428</b>	<b>7.373.292</b>	<b>(12.931)</b>	<b>23.310.305</b>	<b>-</b>	<b>156.661.644</b>
Dividendos complementares	-	-	(1.547.705)	-	-	-	-	(1.547.705)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	17.754.059	17.754.059
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(2.610.684)	2.610.684	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(173.412)	-	-	173.412	-
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	887.703	-	-	-	-	(887.703)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(6.704.931)	(6.704.931)
.Retenção de lucros	-	-	12.945.521	-	-	-	(12.945.521)	-
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(99.848)	-	-	(99.848)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>100.000.000</b>	<b>7.480.253</b>	<b>30.796.244</b>	<b>7.199.880</b>	<b>(112.779)</b>	<b>20.699.621</b>	<b>-</b>	<b>166.063.219</b>
Reservão de dividendos e JSCP	-	-	235.793	-	-	-	-	235.793
Dividendos complementares	-	-	(2.063.029)	-	-	-	-	(2.063.029)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(326.099)	-	-	(326.099)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.288.217	22.288.217
Custo atribuído realizado	-	-	-	-	-	(1.234.630)	1.234.630	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	(198.956)	-	-	198.956	-
Destinação proposta à Assembléia Geral:								
.Reserva legal	-	1.114.411	-	-	-	-	(1.114.411)	-
.Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(7.735.865)	(7.735.865)
.Retenção de lucros	-	-	14.871.527	-	-	-	(14.871.527)	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>100.000.000</b>	<b>8.594.664</b>	<b>43.840.535</b>	<b>7.000.924</b>	<b>(438.878)</b>	<b>19.464.991</b>	<b>-</b>	<b>178.462.236</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM REAIS

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS			Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					Aumento/(Redução) IR e CSLL	(385.297)	(73.339)	(371.651)	(73.339)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>22.288.217</b>	<b>17.754.059</b>	<b>22.288.217</b>	<b>17.754.059</b>	Aumento/(Redução) nas participações a pagar	531.845	(557.602)	531.845	(557.602)
<i>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</i>					Aumento/(Redução) nas comissões e fretes s/ vendas	227.958	47.196	227.958	47.196
- Depreciação	6.162.832	7.636.709	6.399.877	7.851.083	Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	698.064	(673.566)	698.064	(674.020)
- Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos	2.782.809	5.212.279	2.782.809	5.212.279	<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>35.255.769</b>	<b>11.165.224</b>	<b>35.576.585</b>	<b>11.300.570</b>
- Equivalência patrimonial	(87.144)	82.933	-	-	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
- Valor residual de ativos não circulantes	151.740	627.698	151.740	627.698	No realizável a longo prazo	(746.642)	(592.320)	(746.642)	(592.320)
- Dividendos a receber	20.696	-	-	-	No imobilizado	(6.167.506)	(5.975.864)	(6.325.172)	(6.055.472)
Disponibilidades brutas antes das mudanças no capital de giro	31.319.150	31.313.678	31.622.643	31.445.119	Ações em tesouraria	(326.099)	(99.848)	(326.099)	(99.848)
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	541.899	1.323.599	541.899	1.323.599	Reversão de dividendos e JSCP	235.793	-	235.793	-
(Aumento)/Redução em contas a receber	(6.226.747)	(3.389.705)	(6.229.902)	(3.385.605)	<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(7.004.454)</b>	<b>(6.668.032)</b>	<b>(7.162.120)</b>	<b>(6.747.640)</b>
(Aumento)/Redução nos estoques	9.860.582	(12.103.086)	9.860.582	(12.103.086)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
(Aumento)/Redução em impostos a recuperar	(625.444)	(6.364.597)	(625.444)	(6.364.597)	Acréscimo (decréscimo) do exigível de longo prazo	442.662	(649.851)	442.662	(649.851)
(Aumento)/Redução em outras contas a receber	656.820	1.530.743	681.655	1.526.604	Empréstimos e financiamentos obtidos	52.257.048	69.622.214	52.257.048	69.622.214
(Aumento)/Redução nas despesas antecipadas	8.729	(47.936)	8.729	(47.936)	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(92.371.765)	(48.595.153)	(92.371.765)	(48.595.153)
Aumento/(Redução) em fornecedores	(551.534)	(10.138)	(551.225)	(10.624)	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(9.798.894)	(14.100.753)	(9.798.894)	(14.111.066)
Aumento/(Redução) em salários e encargos sociais	(802.415)	679.387	(805.226)	671.150	<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(49.470.949)</b>	<b>6.276.457</b>	<b>(49.470.949)</b>	<b>6.266.144</b>
Aumento/(Redução) nos impostos a recolher	187.788	(1.173.348)	178.604	(1.167.005)	<b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes à caixa</b>	<b>(21.219.634)</b>	<b>10.773.649</b>	<b>(21.056.484)</b>	<b>10.819.074</b>
Aumento/(Redução) na provisão de férias e encargos sociais	(185.629)	663.938	(191.946)	670.716	<b>Caixa e equivalentes à caixa no começo do período</b>	<b>95.093.147</b>	<b>84.319.498</b>	<b>95.342.077</b>	<b>84.523.003</b>
					<b>Caixa e equivalentes à caixa no fim do período</b>	<b>73.873.513</b>	<b>95.093.147</b>	<b>74.285.593</b>	<b>95.342.077</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EM REAIS

	Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS			Controladora - CPCs		Consolidado - IFRS	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
1 - RECEITAS	267.696.713	251.730.566	267.938.219	251.825.223					
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	267.882.551	251.745.432	268.078.057	251.840.089	6.1) Resultado de equivalência patrimonial	87.144	(82.933)	-	-
1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão/(Constituição)	(119.750)	(14.866)	(119.750)	(14.866)	6.2) Receitas financeiras	18.061.299	18.507.642	18.085.190	18.529.752
1.3) Não Operacionais	(66.088)	-	(20.088)	-	<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>103.607.935</b>	<b>89.976.221</b>	<b>103.771.266</b>	<b>90.125.294</b>
1.4) Ajuste do valor justo de ativo biológico	-	-	-	-	<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>103.607.935</b>	<b>89.976.221</b>	<b>103.771.266</b>	<b>90.125.294</b>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	176.077.386	172.827.812	175.855.263	172.664.061	8.1) Pessoal	45.169.364	39.952.634	45.243.157	40.024.184
2.1) Matérias-primas consumidas	143.047.748	142.716.786	142.604.809	142.379.261	- Remuneração direta	38.183.099	34.194.438	38.245.461	34.257.152
2.2) Gastos gerais de fabricação	13.623.691	12.016.025	13.623.691	12.016.025	- Benefícios	4.472.684	3.596.439	4.472.684	3.596.439
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (adm/ven)	19.405.947	18.095.001	19.626.763	18.268.775	- FGTS	2.513.581	2.161.757	2.525.012	2.170.593
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	91.619.327	78.902.754	92.082.956	79.161.162	8.2) Impostos, contribuições e taxas	23.339.434	18.598.801	23.428.917	18.676.178
4 - RETENÇÕES	6.159.835	7.351.242	6.396.880	7.565.620	- Federais	22.725.783	18.032.123	22.812.435	18.106.803
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	6.159.835	7.351.242	6.396.880	7.565.620	- Estaduais	559.928	528.290	562.403	530.653
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	85.459.492	71.551.512	85.686.076	71.595.542	- Municipais	53.723	38.388	54.079	38.722
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	18.148.443	18.424.709	18.085.190	18.529.752	8.3) Variações cambiais e juros	12.810.920	13.670.727	12.810.975	13.670.873
					- Juros	2.978.885	2.759.827	2.978.910	2.759.827
					- Outras	9.832.035	10.910.900	9.832.065	10.911.046
					8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos	7.735.865	6.704.931	7.735.865	6.704.931
					8.5) Lucros retidos/prejuízo do exercício	14.552.352	11.049.128	14.552.352	11.049.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 - EM REAIS****1 Contexto Operacional**

A Companhia, com sede em Timbó – SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

**2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis****2.1 Base de preparação****a) Abrangência**

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP, uma vez que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 13/03/2013.

**b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (h).

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

**2.2 Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

**(a) Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA – Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme nota 11, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

**(b) Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são

convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

**(c) Instrumentos financeiros****(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

**(iii) Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

**(d) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

**(e) Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

**(f) Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**(g) Ativos biológicos (consolidado)**

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no mo-

mento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste do valor justo do ativo biológico”. O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação. A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis. A administração pretende realizar nova avaliação do valor justo no exercício de 2013.

#### (h) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

#### (i) Imobilizado

##### (i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

##### (ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

##### (iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### (j) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não paga-

mento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### (k) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

#### (l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### (m) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

#### (n) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

#### (o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

#### (p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados

dos pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

#### (q) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

#### (r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 23.

### 2.3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### (i) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

#### (ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### (iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

### 2.4 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

• IFRS 7 e IAS 32 - "Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas". As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de "atualmente possui o direito legal de compensar" e "realização e liquidação simultâneas". As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares. As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

• IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de

valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

• IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou que sua adoção não trará impacto às suas demonstrações financeiras.

• IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

• IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e USGAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou USGAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração das aplicações	Controladora		Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos		792.883	580.409	794.364	601.369
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	73.080.630	94.512.738	73.491.229	94.740.708
		<b>73.873.513</b>	<b>95.093.147</b>	<b>74.285.593</b>	<b>95.342.077</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

### 4 Títulos e valores mobiliários

O títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificadas como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
BMFBovespa (BVMF3)	-	107.800
Gerdau S/A (GGBR4)	21.516	-
HTR Petróleo (HTRP3)	94.600	-
OGX Petróleo (OGXP3)	394.200	817.200
Petrobras S/A (Petr4)	2.422.441	2.217.080
Venda de opções - Petrobrás	(3.889)	-
Vale S/A (Vale5)	5.571.951	5.900.546
Venda de opções - Vale	(5.676)	(5.584)
	<b>8.495.143</b>	<b>9.037.042</b>

**5 Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mercado interno	21.892.441	19.738.099	21.898.584	19.741.087
Mercado externo	23.637.923	19.652.585	23.637.923	19.652.585
( - ) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(568.024)	(655.091)	(568.024)	(655.091)
	<b>44.962.340</b>	<b>38.735.593</b>	<b>44.968.483</b>	<b>38.738.581</b>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 24.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

**6 Estoques**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Produtos acabados	12.079.411	12.013.959
Produtos em processo	7.348.862	10.444.469
Matérias-primas	9.692.967	17.205.434
Materiais secundários	6.324.051	5.225.013
Materiais de manutenção	2.011.300	1.739.673
Importação em andamento	288.102	387.069
Adiantamento a fornecedores	239.555	829.213
	<b>37.984.248</b>	<b>47.844.830</b>

**7 Tributos a recuperar**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
ICMS (i)	4.946.668	4.626.134
IRPJ (ii)	2.334.785	1.263.618
CSLL (ii)	1.228.048	2.245.419
PIS/COFINS	-	297.558
REINTEGRA	533.275	-
Outros Tributos	24.208	8.811
	<b>9.066.984</b>	<b>8.441.540</b>

(i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.

(ii) Refere-se à antecipação de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculada durante o exercício de 2012 com base na estimativa mensal, que excedeu ao ajuste anual.

**8 Outras contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Adiantamento de férias e salário	843.903	1.024.302	843.903	1.024.302
Adiantamento a fornecedores	845.310	775.991	845.310	775.991
Cessões de créditos de ICMS (i)	866.889	1.408.877	866.889	1.408.877
Outros valores	251.700	255.452	231.004	259.591
	<b>2.807.802</b>	<b>3.464.622</b>	<b>2.787.106</b>	<b>3.468.761</b>

(i) Referem-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

**9 Outras contas a receber de longo prazo**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais (i)	1.379.624	833.639
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	96.895	96.895
	<b>1.736.532</b>	<b>1.190.547</b>

(i) Referem-se a depósitos para garantir a execução de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhista, cujas provisões estão devidamente reconhecidas no passivo, assim constituídos:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis	47.972	47.972
Tributários	1.318.673	764.577
Trabalhistas	12.979	21.090
	<b>1.379.624</b>	<b>833.639</b>

**10 Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)**

A conciliação do Imposto de Renda - IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	30/12/2011
IR e CSL correntes	(7.925.078)	(7.378.951)	(7.951.239)	(7.405.758)
IR e CSL diferidos	228.292	1.203.431	228.292	1.203.431

**Impostos correntes**

Em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Sobre adições temporárias	200.657	597.241
- Sobre depreciação custo atribuído	635.988	1.310.114
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(780.222)	(777.211)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	172.593	-
- Sobre diferença de valor residual	(724)	73.287
	<b>228.292</b>	<b>1.203.431</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2012		31/12/2011	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Adições temporárias:				
- Provisão para perdas em Eletrobrás	387.580	387.580	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	225.000	225.000	140.000	140.000
- Contingências cíveis	197.972	197.972	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	1.165.584	1.165.584	1.273.889	1.273.889
- Provisão para devedores duvidosos	568.024	568.024	655.092	655.092
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	3.451.960	-	2.499.227
<b>Base de cálculo</b>	<b>2.544.160</b>	<b>5.996.120</b>	<b>2.654.533</b>	<b>5.153.760</b>
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	<b>228.975</b>	<b>1.499.030</b>	<b>238.908</b>	<b>1.288.440</b>

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

**Impostos diferidos registrados no passivo não circulante**

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>11.116.674</b>
(-) Valor transferido para o passivo circulante	(423.283)
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	780.221
(+) Diferença valor residual de ativos não circulantes	724
Saldo em 31/12/2012	11.474.336

**11 Investimentos**

Abaixo demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	METISA Florestal e Energética S.A.	
	31/12/2012	31/12/2011
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000
Patrimônio líquido	10.256.538	10.190.090
Total de ativo e passivo	10.296.718	10.213.931
Receitas líquidas de vendas	596.947	404.090
<b>Percentual de participação</b>		
.No capital votante	100%	100%
.No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	87.144	(82.933)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	87.144	(82.933)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.256.538	10.190.090
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000
Saldo de investimentos	<b>10.416.538</b>	<b>10.350.090</b>

**12 Imobilizado**

A movimentação do imobilizado é demonstrada conforme a seguir:

	<b>Controladora</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	28.689.534	-	-	690.504	29.380.038
Móveis e utensílios	4.216.501	226.311	(1.204.816)	134.140	3.372.136
Veículos	1.017.423	46.206	(167.938)	-	895.691
Máquinas e equipamentos	93.154.499	812.787	(21.270)	3.221.392	97.167.408
Imobilizações em andamento	4.887.378	5.082.202	(4.925)	(4.046.036)	5.918.619
Depreciações acumuladas	(71.556.492)	(6.162.832)	1.247.209	-	(76.472.115)
	<b>70.718.590</b>	<b>4.674</b>	<b>(151.740)</b>	-	<b>70.571.524</b>

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Trasferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2012</b>
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	9.225.125	-	(182.191)	-	9.042.934
Edifícios e construções	28.903.719	-	-	690.504	29.594.223
Móveis e utensílios	4.236.115	226.311	(1.204.816)	134.140	3.391.750
Veículos	1.098.810	135.295	(241.324)	-	992.781
Máquinas e equipamentos	93.185.448	815.587	(21.270)	3.221.392	97.201.157
Imobilizações em andamento	5.295.258	5.147.979	(4.925)	(4.046.036)	6.392.276
Depreciações acumuladas	(72.423.370)	(6.399.877)	1.502.786	-	(77.320.461)
	<b>80.676.464</b>	<b>(74.705)</b>	<b>(151.740)</b>	-	<b>80.450.019</b>

As depreciações em 31 de dezembro de 2012, da Controladora, totalizaram R\$ 6.162.832 (R\$ 7.636.709 em 2011). Desse total, R\$ 6.091.888 (R\$ 7.266.783 em 2011) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

**13 Empréstimos e financiamentos**

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos Financeiros</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>	
		<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Ativo imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	181.602	1.538.574
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	282.789	381.883
Capital de giro	Juros de até 4,50% a.a.	26.946.504	57.644.473
Capital de giro	VC + juros de até 3,00% a.a	21.785.478	26.963.351
<b>Total dos empréstimos</b>		<b>49.196.373</b>	<b>86.528.281</b>
<b>Circulante</b>		<b>(49.003.595)</b>	<b>(58.847.125)</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>192.778</b>	<b>27.681.156</b>

<b>As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
2013	-	27.413.547
2014	108.178	183.009
2015	84.600	84.600
	<b>192.778</b>	<b>27.681.156</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais. Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

**14 Obrigações tributárias**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
IRPJ e CSSL	887.395	1.272.692	901.041	1.281.051
ICMS	105.282	103.579	105.282	103.579
IPI	342.096	304.887	342.096	304.887
PIS	14.459	-	14.616	163
COFINS	74.384	-	75.108	753
IRRF	769.504	710.592	769.601	710.764
Outros tributos	8.281	7.160	8.281	7.875
	<b>2.201.401</b>	<b>2.398.910</b>	<b>2.216.025</b>	<b>2.409.072</b>

**15 Participações de empregados**

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4,5% fixos e 5,5% variáveis de acordo com as metas atingidas.

**16 Partes relacionadas**

A remuneração da Administração, bem como as operações entre a Companhia e a Controladora foram realizadas conforme a seguir.

**a) Remuneração dos administradores**

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Remuneração fixa	4.727.290	4.472.010	4.777.382	4.516.810
Remuneração variável	1.981.888	2.307.880	1.981.888	2.307.880

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

**b) Operações com partes relacionadas**

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Fornecimento de serviços:		
- PARTBANK S.A	362.590	339.200
- Ricardo Teixeira Mendes	198.022	185.250
- Elite CCVM Ltda	16.635	38.829
Fornecimento de produtos e insumos:		
- METISA Florestal e Energética S.A	442.939	337.525
- Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda	44.791	81.123

**17 Provisões para contingências**

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Obrigações cíveis	197.972	197.972
Obrigações tributárias (i)	2.450.081	2.450.081
Obrigações trabalhistas (ii)	225.000	140.000
	<b>2.873.053</b>	<b>2.788.053</b>

(i) Tributárias – referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS e INSS (PIS e INSS, em 31/12/2011), para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.318.673 (R\$ 764.577 – em 31/12/2011).

(ii) Trabalhistas - consistem em diversas matérias relacionadas a área trabalhista. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 12.979 (R\$ 21.090 em 31/12/2011).

**18 Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social, em 31 de dezembro de 2012, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2011), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 20.720 ações preferenciais de sua emissão (4.120 ações em 31 de dezembro de 2011).

**b) Dividendos e juros sobre capital próprio**

O Conselho de Administração, em 07 de novembro de 2012, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,8250 por ação preferencial e R\$ 0,7500 por ação ordinária, para pagamento em 20/12/2012, cujo montante foi assim determinado:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Lucro líquido do exercício	22.288.217	17.754.059
Reserva legal	(1.114.411)	(887.703)
Reserva de lucros a realizar	-	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>21.173.806</b>	<b>16.866.356</b>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>	<b>7.735.865</b>	<b>6.704.931</b>
<b>Percentual sobre o lucro líquido ajustado</b>	<b>36,54%</b>	<b>39,75%</b>

**c) Reservas de lucros****• Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

**• Retenção de lucros**

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 13.437.941, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10 % (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

**19 Despesas com vendas**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Despesas variáveis de vendas	19.651.441	18.302.809
Despesas com pessoal	4.117.446	3.638.942
Despesas com propaganda e publicidade	1.015.492	1.066.741
Despesas com viagens	376.647	200.558
Despesas com serviços de terceiros	309.458	221.766
Provisão para devedores duvidosos	154.986	216.941
Outras despesas	720.067	669.575
	<b>26.345.537</b>	<b>24.317.332</b>

**20 Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com pessoal	3.700.296	4.067.690	3.711.808	4.077.958
Despesas com serviços de terceiros	1.524.156	813.161	1.528.405	818.431
Honorários conselho fiscal	258.000	240.140	258.000	240.140
Honorários dos administradores	4.727.290	4.472.010	4.777.382	4.516.810
Participação no lucro dos empregados	1.311.982	1.265.035	1.311.982	1.265.035
Participação no lucro dos administradores	2.466.786	1.981.888	2.466.786	1.981.888
Gastos com materiais gerais	563.150	655.839	575.519	694.321
Outras despesas	2.489.651	2.182.638	2.527.575	2.213.753
	<b>17.041.311</b>	<b>15.678.401</b>	<b>17.157.457</b>	<b>15.808.336</b>

**21 Resultado financeiro**

Receitas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Juros de mora	652.352	515.577	652.407	515.577
Descontos	77.445	83.301	77.445	83.301
Dividendos e JSCP	346.617	536.859	346.617	536.859
Variações cambiais de exportação	7.043.428	6.773.207	7.043.428	6.773.207
Receita de títulos e valores mobiliários	2.301.646	660.395	2.301.646	660.395
Receita aplicações financeiras	7.389.387	9.480.160	7.413.222	9.502.270
Outras variações monetárias	250.424	458.143	250.424	458.143
Reversão de perdas com contas a receber	35.236	202.075	35.236	202.075
	<b>18.096.535</b>	<b>18.709.717</b>	<b>18.120.425</b>	<b>18.731.827</b>

Despesas Financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IOF	19.708	14.109	19.708	14.109
PIS/COFINS	22.122	29.963	22.122	29.963
Juros	2.978.885	2.803.007	2.978.885	2.803.007
Despesas bancárias	175.931	245.180	175.956	245.315
Descontos/deságios	70.845	25.190	70.875	25.201
Variações cambiais	6.474.558	7.437.728	6.474.558	7.437.728
Perdas com títulos e valores mobiliários	3.110.700	3.159.622	3.110.700	3.159.622
	<b>12.852.749</b>	<b>13.714.799</b>	<b>12.852.804</b>	<b>13.714.945</b>

<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>5.243.786</b>	<b>4.994.918</b>	<b>5.267.621</b>	<b>5.016.882</b>
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

**22 Lucro líquido por ação**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

**23 Segmentos operacionais**

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem

os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único “segmento operacional”.

**24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

**(a) Gerenciamento de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

**Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

**(i) Exposição a riscos de créditos**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

	31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
Contas a receber	45.536.507	39.393.672
Outras contas a receber	2.787.106	3.468.761
Caixa e equivalentes de caixa	74.285.593	95.342.077
Títulos e valores mobiliários	8.495.143	9.037.042

**(ii) Perdas por redução no valor recuperável**

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

	31/12/2012	Consolidado 31/12/2011
A vencer	38.147.056	33.438.325
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	4.625.288	3.690.674
De 31 a 90 dias	946.751	1.285.302
De 91 a 180 dias	1.595.484	448.631
De 181 a 360 dias	93.592	89.915
Acima de 360 dias	128.336	440.825
	<b>45.536.507</b>	<b>39.393.672</b>

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 19). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

**Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

**Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques regula dores desta matéria-prima.

**Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

**Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

**Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

**(b) Instrumentos financeiros**

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários – Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

**(c) Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvar guardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

**(d) Análise de sensibilidade****(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros**

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

**(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio**

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

**25 Cobertura de seguros (não auditado)**

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 26.672.205, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

**ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração da Companhia apresenta o orçamento de capital para o exercício de 2013, conforme requerido pela Instrução Normativa CVM 480 de 07 de dezembro de 2009.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - IMOBILIZADO	R\$/ mil
I - Construções Civas	472,6
II – Máquinas, Equipamentos e Instalações	4.685,4
III – Ferramentais	965,5
IV – Tecnologia da Informação	573,5
<b>Total</b>	<b>6.697,0</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	

CAPITAL DE GIRO	8.175
<b>Total</b>	<b>8.175</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>14.872</b>

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Conforme requerido pela Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Edvaldo Angelo  
Diretor Presidente

Wilson Harrison Jacobsen  
Diretor de Relações com Investidores

Amin Omar Massud  
Diretor

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Flávio Snell Edvaldo Angelo  
Presidente Vice Presidente

Adriana Short Soares dos Santos

Marcelo Massud

Márcia Valéria dos Santos Rosa

Mário Luiz Marques

Ricardo Teixeira Mendes

Rodrigo Sancovsky

Wilson Harrison Jacobsen

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No dia treze de março de dois mil e treze, às 14:00 horas, nas dependências da METISA Metalúrgica Timboense S.A., na Rua Fritz Lorenz, 2442, Distrito Industrial, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer sobre o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012: Os membros do Conselho Fiscal da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. presentes, por unanimidade, cumprindo atribuições legais e estatutárias, examinaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/12/2012, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado, acompanhados das respectivas Notas Explicativas e do Relatório da Administração. Examinaram também as respectivas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia. Considerando as análises efetuadas e levando em conta o Parecer da Auditoria realizada pela Baker Tilly Brasil Auditores Independentes, os Conselheiros presentes, por unanimidade, opinaram no sentido de que tais documentos traduzem adequadamente a posição patrimonial da Companhia e de que os mesmos estão em condições de merecer aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral. Foram ratificadas as aquisições, pela Companhia, das suas próprias ações.

(Parecer do Conselho Fiscal da Metisa S.A., aprovado pela Ata Nº 228, folha 123, do dia 13 de março de 2013).

Vinício Pedro Cemin  
Presidente

Antônio Carneiro Barbosa de Souza Ramiro Heise

Luiz Fernando Mello Werner Kraus

Marcos Maus - Contador CRC-SC  
015.283/O-8 - CPF 440.419.009-30

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
METISA - METALÚRGICA TIMBOENSE S.A.  
Timbó - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais (a "Companhia" ou "Controladora") e consolidadas ("Consolidado") da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamen-

to do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metisa Metalúrgica Timboense S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Metisa Metalúrgica Timboense S.A., essas práticas diferem das normas inter-

nacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, que, para fins de IFRS seriam mesurados ao custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

**Outros assuntos****Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 02 de março de 2012, sem ressalvas.

Timbó/SC, 13 de março 2013.

**BAKER TILLY BRASIL**  
**AUDITORES INDEPENDENTES**  
CRC-2SP016754/O-1 S-SC  
**EDUARDO AFFONSO DE VASCONCELOS**  
CONTADOR  
CRC-1SP166001/O-3 S-SC